

Educação como elemento estruturante da Economia Solidária

Claudio Nascimento *

- Vamos iniciar este texto com algumas considerações feitas por Daniel Mothe**, após uma visita de 10 dias em nosso país. Mothé, um dos pioneiros dos debates sobre autogestão na Europa, veio ao Brasil, para conhecer diretamente as práticas autogestionárias da Economia Solidária.

É sintomático que, em suas conclusões, Mothé, tenha feito referências fundamentais a questão da educação. O texto que nos enviou, após seu retorno, traz o título de "Desenvolvimento durável, capital cultural, educação popular e autogestão".

D. Mothé afirma que "assistimos uma retomada inesperada das práticas autogestionárias" que permite a seus diferentes atores de sair de sua especialidade para se projetar em um mundo futuro diferente do que eles vivem... podemos deduzir que a democracia direta convida seus atores à inventar sua pedagogia, a ousar criar seus próprios símbolos em que a força da compreensão é mais rápida que a da razão... A democracia participativa aparece como um procedimento pedagógico que permite a relação entre a conceitualização do existente, a ação para transformá-lo e a teoria para extrair as formas de reprodução...

As ações da economia solidária no Brasil superam a problemática local e permitem por em luz que a educação popular é inseparável de uma democracia direta autogestionária e, que é indispensável lhe atribuir o estatus institucional que desempenha no desenvolvimento cultural dos cidadãos"... Esta prática pedagógica deve ser visível não somente no aspecto social da economia solidária, mas também em seus aportes culturais que sobressaem sempre de Ministérios e de Orçamentos".

" O sentimento que trouxe é o de construção de uma obra que resistirá à História e que nos faz pensar em construtores de catedrais, que tinham a convicção de que estavam construindo algo que duraria séculos.... Após ter visto estas práticas, sinto que o desenvolvimento durável é por excelência o desenvolvimento do capital cultural e social dos cidadãos, que a autogestão tem um papel de primeiro plano no quadro do desenvolvimento durável".

Enfim, Mothé lança uma hipótese: " a democracia direta e representativa, que é conteúdo da autogestão, pode ser considerada como parte de instrumentos pedagógicos nos quais certas instituições

municipais e universitárias contribuem ao desenvolvimento do capital cultural das populações mais carentes”.

Para Mothe, “A educação Popular relacionada a democracia participativa, reforça a cidadania de seus atores e, assim, mostra toda sua potencialidade e importância.

A impressão que Mothé levou de nossas experiências ,expressa para nós, o sentimento de que a educação é um elemento estruturante da prática da economia Solidária. Não é um elemento agregado “de fora”,nem é um elemento que possa ser descartado,em algum momento.

A educação é uma dimensão componente da Economia Solidária. Esta educação, com metodologias adequadas, acompanha os desafios das experiências de trabalho associado ou autogestionário.

Uma associação autogestionária apresenta vários aspectos: é uma organização econômica; social; técnica; cultural e, é um grupo solidário. Neste sentido, a educação na economia solidária tem um caráter permanente e abrange três eixos temáticos:

1) uma formação técnica;

Jef Ulburghs, animador de experiências autogestionárias na Bélgica e autor de vários livros, afirma que “a autogestão começa pelas mãos”;

2) uma formação social e política :

Contempla a análise da sociedade, as relações entre Estado e Sociedade ,e entre Capital e Trabalho;

3) uma formação cultural e moral:

Abrange os elementos da educação para solidariedade, os valores fundamentais da reforma moral e intelectual.

Nesta perspectiva , a formação abrange os campos de emancipação do “Ser Humano”:

“autogestor no trabalho”; “autogestor na cultura” e, “autogestor na vida social em geral” (Edvard Kardelj)

Como bem define Marcos Arrusa, “A Economia Solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para se tornarem gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social”.

As REFERENCIAIS da Política de Formação da SENAES

Uma parte dos elementos que caracterizam a política de formação da SENAES , pode ser encontrada no Termo de Referencia sobre Economia Solidaria do PNQ** . Outra parte , está, no Termo de Referencia para a formação de "Agentes de Desenvolvimento Solidário"***.

Nestes dois documentos encontramos as orientações para a Educação de Jovens e Adultos em Economia Solidária.

A Economia Solidária, vista como o conjunto de atividades econômicas (produção,distribuição,consumo,credito,etc) organizado sob a forma da autogestão, é parte de um processo de desenvolvimento emancipatorio.

Por sua vez, a Autogestão - "como um ideal de democracia economica e de gestão coletiva a ser perseguido do que como uma possibilidade pratica" (Tauile),- pode ser entendida como uma transformação radical e não apenas econômica, mas política,no sentido que ela supera a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: isto é, a gestão sem intermediários e em todos os níveis,de toda a sociedade por todos os homens" (Bourdet).

Lia Tiriba ,contrapondo a Economia Solidária ao "cooperativismo como elemento de racionalização produtiva e mecanismo de flexibilização das relações entre capital e trabalho", define as tarefas da educação neste campo: "reflexão sobre os desafios dos processos educativos cujo horizonte é a formação de trabalhadores capazes de re-criar um modo de produzir,distribuir e de consumir bens e recursos,alternativo ao capital".

"para que possamos trazer à superfície as dimensões específicas da relação entre trabalho e educação,considerando a materialidade da economia -popular- solidaria, partimos do presuposto que o movimento de significação e resignificação da práxis educativa requer a análise dos aspectos filosóficos e sociologicos do trabalho e das formas pelas quais os setores populares buscam satisfazer as necessidades humanas.E além disso, requer como um inventario critico do processo histórico que tem levado à perda do sentido ontológico da 'Oikonomia' (do grego, "cuidar da casa").

Nesta perspectiva , a Educação de Jovens e Adultos na Economia Solidária situa-se em dois campos ou aspectos constitutivos da política de autogestão:

- 1= autogestão da produção;
- 2= autogestão do território.

Se o primeiro aspecto diz respeito ao "trabalho associado", em suas diversas formas de existência na Economia Solidária, o segundo diz respeito ao "desenvolvimento territorial, solidário/comunitário", em nível de municípios, consórcios, cidades, regiões, etc.

Os Programas do PNQ*** e a Economia Solidária

O PNQ tem sua concepção de Qualificação centrada no desenvolvimento do Ser Humano, sobretudo, trabalhadores excluídos, jovens e adultos.

Quem são estes jovens e adultos? Gaudêncio Frigotto, define este público: "Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura. Que têm necessidades diferenciadas, mas que conquistaram direitos universais. Conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, a cujo acesso, portanto, tem direito".

Tanto o PNQ quanto a SENAES incorporam, em seus programas de formação, os dois aspectos da autogestão; no caso do PNQ, os PLANTEQS portam uma novidade fundamental, isto é, o conceito de "Território", como espaço do desenvolvimento solidário. Por sua vez, os PROESQS permitem a formação para autogestão, o acompanhamento dos empreendimentos de autogestão e a construção de metodologias.

Em sua experiência de formação, a SENAES desenvolve atividades em vistas aos de "agentes de desenvolvimento solidário", que tem como base a idéia de levar o desenvolvimento às comunidades pobres. No que diz respeito à formação para autogestão, tem mediado com várias Instituições (ONGs, etc) o Programa Especial de Capacitação de empreendimentos da Economia Solidária.

Neste texto, abordaremos os públicos, projetos, metodologias, conteúdos curriculares, e conceitos como políticas públicas, desenvolvimento solidário,, contidos nos Termos de Referência para formação em Economia Solidária.

Tomamos como base de reflexão o Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento", que realiza várias experiências educativas, com vários sujeitos prioritários definidos no PNQ:

- Capacitação de Agentes de economia solidária das Delegacias Regionais do Trabalho;
- Capacitação de Agentes Municipais /Estaduais de Políticas Públicas ;

- Capacitação de Agentes Federais de Políticas Públicas;
- Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário :do Programa "Fome Zero", com os "Talheres" do Norte e Nordeste ,e,Sul/Sudeste e Centro-Oeste;
- Capacitação de trabalhadores de empresas de autogestão , como,por exemplo, a Usina "Harmonia",Catende-PE;
- Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário/Solidário (quilombolas,assentamentos rurais,pescadores);
- Acompanhamento de PROESQs realizados por Instituições (ONGs,etc) do campo da Economia Solidária;
- Acompanhamento de PLANTEQS em alguns Estados/Municípios.

Trabalho e Emancipação (Públicos da QP)

A globalização financeira atingiu de forma radical o mundo do trabalho , A centralidade do trabalho assalariado é contestada pelas novas formas de exploração,inclusive de formas fraudulentas de cooperativismo ("coopergatos").Todavia,as experiencias no campo da Economia Solidaria portam possibilidades de resignificação do conceito de trabalho , através de novas formas de cooperativismo e associativismo que têm como fundamento a autogestão.

Neste sentido, as "praticas autogestionarias" apontam para afirmação do trabalho como "reprodução da vida",no sentido material,intelectual ,moral e estético,resignificando o conceito de trabalho. Desta forma, falar de "trabalho associativo ou autogestionario" ,significa falar de "outra cultura do trabalho".

A concepção emancipatoria do trabalho distingue "o trabalho humano em si",por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona com os outros homens para a produção de sua própria existência (categoria ontologia da práxis humana), do "trabalho assalariado",forma especifica da existência humana sob o capitalismo (categoria econômica da práxis produtiva).

Em suas diretrizes pedagógicas o PNQ incorpora o trabalho como 'princípio educativo".A formação em Autogestão aborda vários eixos estruturantes : trabalho,/educação,ciência e cultura,/ cidadania,desenvolvimento. A promoção da Economia Solidária presupõe ações relativas à educação e a qualificação.

Portanto,o PNQ afirma-se como uma política publica para o enfrentamento das demandas da Economia Solidaria em formação e educação.Resgata e se inspira em suas diretrizes, nos princípios emancipatorios do trabalho e da educação,que tornam possíveis outras alternativas de desenvolvimento humano,com base na solidariedade,na democracia participativa, na inclusão e na soberania.

Vejamos como as relações entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, no âmbito do Governo Federal, estão definidas nos Termos de Referencia elaborados pela SPPE e a SENAES.

A Qualificação ,na concepção do PNQ, é definida como um conjunto de políticas que se situam na fronteira do Trabalho e Educação , vinculadas a um projeto de desenvolvimento,um projeto de Nação.,.O PNQ incorporou o conceito de território, apontando para o desenvolvimento comunitário e solidário.

Os vários públicos prioritários do PNQ encontram-se no campo dos sujeitos já definidos por G.Frigotto,(no Seminário Nacional sobre Ensino Médio- maio 2003)= "Os Jovens não são sujeitos sem rosto,sem historia,sem origem de classe ou fração de classe.os sujeitos a que nos referimos são predominantemente jovens e, em menor numero,adultos ,de classe popular,filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria,do campo e da cidade,de regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas".

Essa definição de Frigotto abrange de forma lapidar os públicos prioritários definidos pelo PNQ para sua ação de Qualificação,por exemplo=

-trabalhadores/as sem ocupação cadastrados/as no Sistema SINE e ou beneficiarios/as das demais Políticas Publicas de Trabalho e Renda,particularmente: ações de primeiro emprego, seguro-desemprego,intermediação de mão-de-obra;micro-credito e de ações de Economia Solidária;

- trabalhadores/as rurais: agricultores familiares e outras formas de produção familiar;assalariados empregados ou desempregados;assentados ou em processo de assentamento;populações tradicionais;trabalhadores/as em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal,clima,ciclo econômico e outros fatores que possam gerra instabilidade na ocupação e fluxo de renda;

-pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada;

- trabalhadoras/es domesticos;

-trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;

-pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;

-trabalhadores/as egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas, trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil;

-trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança e Administração Pública;

-trabalhadores/as de empresas incluídas em arranjos produtivos locais, de setores exportadores, setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda e de setores econômicos beneficiados por investimentos estatais;

-gestores e gestoras em Políticas Públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de Políticas Públicas e Sociais;

As POLÍTICAS PÚBLICAS e a Economia Solidária

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária têm aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

Em âmbito nacional, o Governo Federal em 2003 criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária que está implementando o PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas

visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Neste sentido, a integração entre as políticas de qualificação e as políticas de fortalecimento da economia solidária, no âmbito do PNQ, deve ter como objetivo/resultados:

- envolver os agentes da economia solidária na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações de qualificação específicas;
- articular as políticas de qualificação e as políticas de fortalecimento da economia solidária aos processos estratégicos de desenvolvimento (local, regional e nacional);
- contribuir para o fomento, a constituição de empreendimentos e de cadeias/arranjos produtivos solidários;
- contribuir para a promoção do comércio justo e as finanças solidárias;
- articular a economia solidária e as demais políticas públicas , em especial, aquelas relativas a elevação da escolaridade, alfabetização e educação de jovens e adultos;
- contribuir para a promover o debate público sobre Economia Solidária (seminários, eventos e cursos);
- elaborar metodologias de qualificação e estudos voltados para as exigências da economia solidária.

A Economia Solidária no Plano Nacional de Qualificação

Dentre os avanços na política pública de qualificação apresentados no PNQ, temos o reconhecimento da importância da economia solidária para a geração de oportunidades de trabalho decente e melhoria de renda.

O PNQ define a qualificação como *“uma complexa construção social, associada a uma visão educativa que a tome como direito de cidadania, para contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento”*¹. Portanto, a própria concepção de qualificação social e profissional (QSP) pode ser entendida como um processo de empoderamento ,de participação e solidariedade entre os/as trabalhadores/as nas relações de trabalho.

Desta forma, o PNQ reconhece que o trabalhador cooperado e associado é um sujeito do processo de qualificação, ao lado do

trabalhador autônomo e do trabalhador empregado/assalariado. De maneira mais específica, apresenta a economia solidária como:

- Uma alternativa para os/as trabalhadores/as sem ocupação;
- Uma forma de auto-emprego coletivo (trabalhadores/as cooperativados/as, trabalhadores/as associados/as, trabalhadores/as autogestionados/as);

Neste sentido, a Qualificação Profissional vai além de sua vinculação com o Trabalho Produtivo. É uma Educação para a Cidadania Ativa e o desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano.

METODOLOGIA para a qualificação em Economia Solidária

A qualificação social e profissional é entendida como uma “construção social”, que expressa os conflitos inerentes aos mundos do trabalho, e, portanto, como um campo de negociação entre os diversos atores sociais, tendo por objetivo o desenvolvimento estratégico em todos os níveis territoriais, articulando sustentabilidade social e ambiental.

No âmbito da economia solidária, a qualificação é um elemento de ampliação da cidadania ativa e do processo democrático e um movimento cultural e ético que transforma as relações intersubjetivas.

O PNQ, a partir da integração entre “Trabalho, Educação e Desenvolvimento” propõe a promoção de ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias, solidárias, incluídas em um pensamento emancipatório de inclusão e empoderamento. Esta dimensão pedagógica e metodológica afirma a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social.

Portanto, a metodologia para a qualificação contempla:

- Uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural.

Nesta concepção integral da educação, a cultura é elemento central da construção curricular. A formação como ação política e ética, tem como enfoque metodológico:

- O reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores envolvidos no ato formativo;
- A articulação entre os conteúdos, a realidade, a população local e os projetos de desenvolvimento territoriais;
- A participação do público por meio de práticas inovadoras de conteúdo solidário e autogestionário;
- A construção coletiva do conhecimento valendo-se da realização de trabalhos em grupo, debates em plenário, avaliações e sistematizações da prática educativa;
- A valorização dos procedimentos e das mudanças de posturas no campo da intersubjetividade e do cotidiano, que permitam a construção de uma nova cultura do trabalho;
- A utilização de elemento lúdicos que tenham correspondência com a cultura popular (vídeos, textos, poesias, músicas, teatro etc.)

CONTEUDOS específicos para a Economia solidária

A construção curricular em qualificação social e profissional para economia solidária, deve ser definida em função da realidade local, das necessidades e expectativas dos atores, do mercado de trabalho, do perfil da população e do desenvolvimento do território.

O empoderamento dos sujeitos implica o desenvolvimento de valores emancipatórios de uma cultura solidária, na perspectiva de reestabelecer uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, transformando as relações sociais e construindo as bases de uma alternativa política, ética e cultural.

No projeto pedagógico da qualificação para a economia solidária os conteúdos devem estar interligados com a dimensão integral da concepção pedagógica-metodológica da ação formativa.

Os conteúdos do universo temático da Economia Solidária são aqueles que contemplam o acúmulo histórico dos trabalhadores na organização de iniciativas econômicas fundamentadas na cooperação e solidariedade. Estes conteúdos dizem respeito a conhecimentos, formas de

organização, comportamentos e atitudes necessárias a viabilidade dos empreendimentos e a concretização de princípios e valores próprios de uma cultura solidária.

Dentre estes conteúdos, pode-se destacar:

- Constituição, organização e gestão democrática de empreendimentos solidários;
- Autogestão;
- Relações intersubjetivas no trabalho;
- Construção de redes, complexos cooperativos, centrais de comercialização;
- Participação cidadã e controle social nas políticas públicas;
- Legislação do cooperativismo, mutualismo e autogestão;
- Direitos sociais e trabalhistas como direitos humanos;
- Trabalho emancipatório e a superação do trabalho alienado.
- Reforçar a integração dos conteúdos profissionais e sociais, de forma a facilitar a construção de metodologias relativas ao processo produtivo, coerentes com o projeto de Economia Solidária.

Estes conteúdos do universo temático da economia solidária são, nas ações de formação, integrados na construção metodológica a partir das experiências e dos objetivos dos projetos educativos.

PROJETOS de Qualificação em Economia Solidária no PNQ

A Economia Solidária nos Planos Territoriais de Qualificação PLANTEQ

Os Planos Territoriais de Qualificação, expressam projetos e ações de qualificação social e profissional circunscritos a um território (unidade federativa, mesorregião, microrregião ou município), destacando neles o eixo do desenvolvimento territorial, articulado com o trabalho e a educação.

A economia solidária comporta grandes possibilidades como elemento de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, os planos de desenvolvimento, base para a elaboração dos PlanTeQs, incorporam a economia solidária valendo-se das seguintes estratégias:

- Inserir a Economia Solidária através das suas várias expressões locais, nos processos de desenvolvimento territorial;
- Reconhecer o potencial dos empreendimentos autogestionários como alternativa ao desemprego, à precarização do trabalho e à crise do capital;
- Incluir a Economia Solidária como ação estruturante nos processos de superação da pobreza, do trabalho escravo e outras formas de exclusão;
- Promover a formação de complexos cooperativos e arranjos produtivos locais;
- Promover redes de produção, beneficiamento e comercialização;
- Ampliar os mecanismos e espaços públicos de gestão participativa e de controle social nos processos de desenvolvimento;

O reconhecimento da Economia Solidária como parte importante do desenvolvimento territorial se expressa no PlanTeQ levando a inclusão da economia solidária nas estratégias de articulação entre a qualificação social e profissional e a escolaridade (alfabetização, educação de jovens e adultos, etc.).

Formação para o DESENVOLVIMENTO SOLIDARIO

Os empreendimentos de Economia Solidária são instrumentos fundamentais de construção de um projeto sustentável e solidário de desenvolvimento em âmbito local ou territorial. A inserção da economia solidária nos processos de desenvolvimento territorial exige a combinação de um conjunto de ações estruturantes, de acesso e incentivo às alternativas locais de geração de trabalho e das outras melhorias nas condições de vida da população local, com as iniciativas já existentes de transferência de renda, como “bolsa família”, e outros programas sociais.

Inúmeros exemplos mostram que as potencialidades locais, principalmente as econômicas, podem ser aproveitadas, de forma solidária e sustentável através da identificação de cadeias produtivas da economia familiar e do fortalecimento de organizações associativas, da promoção de complexos cooperativos, redes de produção, beneficiamento e comercialização etc. Dessa forma, evita-se o risco de cooptação do discurso sobre os “arranjos produtivos locais” por parte apenas das grandes empresas que não se orientam pela lógica da solidariedade e sustentabilidade. A economia solidária, que baseia sua potencialidade nesses arranjos econômicos locais, redimensiona o seu

significado transformando-os em arranjos produtivos, solidários e sustentáveis.

Assim sendo, a perspectiva autogestionária dos empreendimentos de economia solidária pode ser o referencial de conteúdo e vivência prática orientadora da educação cidadã e da mobilização social nos territórios. A capacidade de gestão participativa deverá ser transferida para os espaços públicos, ampliando a participação cidadã nos destinos da comunidade ou sociedade local, através dos mecanismos e instrumentos de gestão e controle social das políticas públicas e do processo de desenvolvimento.

São objetivos específicos da Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário:

- a. Desenvolver processos formativos voltados a estratégias de desenvolvimento (incluente, sustentável e solidário) por meio do fortalecimento da economia solidária da autogestão e da participação;
- b. Formar agentes de desenvolvimento solidário que atuem na formação e acompanhamento de cooperativas e/ou empreendimentos solidários;
- c. Experimentar e desenvolver metodologias de formação de multiplicadores, trabalhadores cooperados e empreendedores solidários em gestão coletiva e administração dos empreendimentos;
- d. Disponibilizar conhecimentos necessários para a formação e funcionamento de cooperativas e/ou empreendimentos econômicos solidários inseridos em estratégia de desenvolvimento.

- Autogestão, economia solidária e desenvolvimento.

Paul Singer traçou idéias fundamentais sobre como "levar o desenvolvimento as comunidades pobres" e sobre "os agentes de desenvolvimento comunitário". A parte seguinte texto retoma as idéias do Secretario da SENAES.

"O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. Não

se trata, tampouco, de estimular pela competição o 'empreendedorismo' individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores.

Desenvolvimento solidário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária. “

Portanto, a economia solidária entendida como o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, etc) organizado sob a forma de autogestão constitui a estrutura organizativa de um processo de desenvolvimento emancipatório.

“AGENTES de desenvolvimento solidário”.

“Agente de Desenvolvimento Solidário é aquele que atua nas comunidades e empreendimentos de economia solidária por meio de metodologias participativas de sensibilização, mobilização, formação de monitores ou multiplicadores, acompanhamento, apoio especializado, construção de redes e/ou arranjos produtivos articulados a estratégias de desenvolvimento local (ou com outra identidade territorial) permeadas pela economia solidária e autogestão.

Cabe ao agente de desenvolvimento abrir com a comunidade o leque de alternativas de desenvolvimento disponíveis e deixar que a comunidade faça sua escolha. Para tanto, é preciso que a comunidade acesse as informações pertinentes para a escolha, o que provavelmente demanda a assistência dos agentes externos. Como a comunidade deve escolher uma entre muitas possibilidades, parece-nos essencial que ela mesma se apodere dos conhecimentos que lhe permitam escolher da forma mais consciente possível.”

Os Agentes de Desenvolvimento Solidário terão sua formação (teórico/prática) direcionada para as seguintes realidades sociais:

- a) Recuperação de empresas pelos empregados organizados em cooperativas ou outras formas de associação autogestionária;;Comunidades laborais;
- b) Comunidades quilombolas;
- c) Comunidades indígenas,
- d) Comunidades das periferias urbanas,
- e) Assentamentos de reforma agrária;
- f) Comunidades rurais;
- g) Comunidades de pescadores/as

A Economia Solidária nos Projetos Especiais de Qualificação PROESQ

Os Planos Especiais de Qualificação contemplam, por sua vez, a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnicos-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinados ao público prioritário da economia solidária ou para as políticas públicas de qualificação e gestão participativa, em escala regional ou nacional.

Os ProEsQs fortalecem a economia solidária por meio do/da:

- Desenvolvimento de metodologias para qualificação em autogestão;
- Desenvolvimento de metodologias para qualificação em redes de comercialização;
- Elaboração de metodologias para qualificação em mapeamento e bancos de dados da economia solidária;
- Elaboração de material didático sobre temas diversos da economia solidária;
- Estudos e pesquisas no campo conceitual da economia solidária; e seus desafios para a ação educativa;
- Metodologia de intercâmbio entre experiências de formação em economia solidária;
- Sistematização de experiências de formação e incubação em economia solidária;

Educação Popular e Mobilização Cidadã

Seja como movimento de resistência , em conjunturas marcadas pelas ditaduras , seja associada à políticas públicas, em momentos marcados por ondas democratizantes, a Educação popular é uma característica estratégica da construção de uma hegemonia cultural emancipatória.

Sem dúvidas, o período iniciado pela eleição presidencial de 2002, traça varias possibilidades fundamentais para um movimento de renascimento da Educação Popular. E da mobilização cidadã.

Especificamente,, no campo da Economia Solidária e da Autogestão, podemos indicar. Por exemplo:

- 1) O PNQ e a Qualificação Sócio-Profissional em Economia Solidária;
- 2) A formação em Economia Solidária no Talher;
- 3) A formação de "agentes de desenvolvimento comunitário" da SENAES.

Estas experiências ,iniciadas em 2003 , devidamente avaliadas e sistematizadas , significam novas praticas educativas e contribuirão de modo profundo ao renascimento da educação Popular no Brasil.trarão novas idéias

Como bem notou Daniel Mothé, a Economia Solidária torna-se cada vez mais uma práxis pedagógica, abrindo um novo vetor no campo da Educação Popular no país.

=====

Notas=

- *Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação , da SENAES.
-
- **Daniel Mothé esteve no Brasil no mês de Junho 2004, durante a URBIS-SP.Participou de Seminário na USP, debateu com a "Rede de gestores",visitou empresas de autogestão,como a UNIFORJA,realizou debate na ANTEAG Ex-militante metalúrgico da Renault,e membro do Grupo "Socialisme et Barbárie",com Castoriadis e Lefort.É presidente do CRIDA de Paris.
- Mothé é autor de "Journal d'un Ouvrier 1954/1958";"Lê Metier de Militant",1972;"L'Autogestion goutte à goutte",1980;"L"utopie du

temps libre”,1980.Atualmente escreve um livro sobre “ Lê Bilan critique du concept d’autogestion em France”.

*** O PNQ e seus Programas ,PLANTEQ e PROESQ, são definidos na evolução do texto (paginas 8, 11 e 14 respectivamente).

- Bibliografia

MOTHÉ, Daniel - “Développement durable, capital culturel,éducation populaire et autogestion”. Julho 2004.Digit.

BOURDET , Yvon – “La delivrance de Promethée.Pour une theorie politique de l’autogestion”.Editions Anthropos.1970

KARDEJ, Edvard – Propriedad Social y Autogestion”.El Cid editor.Buenos Aires.1976

ULBURGHS, Jef – Pour une Pedagogie de l’Autogestion. Manuel de l’Animateur de Base.Les editions Ouvrieres (Paris)/Vie Ouvriere(Bruxelles).1980

TIRIBA, Lia- “Pedagogia da produção associada”.In, “Trabalho e Educação”- arquitetos,abelhas e outros tecelões da economia popular solidária”.Digit.2004

FRIGOTTO, Gaudêncio – “Sujeitos e Conhecimento. Os sentidos do ensino médio”. Em, “Ensino Médio ,ciência,cultura e trabalho.Digit.2004

b

.ARRUDA,Marcos. “Redes,Educação e Economia Solidária.Novas formas de pensar a educação de jovens e adultos”.Digit.2004

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante*. Repensando o Socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. & MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER,Paul – “desenvolvimento às comunidades pobres”.Teoria & Debate. Numero 59. agosto-setembro 2004.

TAUILE, R.José – DEBACCO,S.Eduardo. "Autogestão no Brasil,o salto de qualidade nas políticas publicas".Digit.2004

LEBOUTTE,Paulo. "Economia Popular Solidária e Políticas Públicas.A Experiência do RGS".ITCP-COPPE-UFRJ.RJ.2003

SENAES- PNQ.Termo de Referencia em Economia Solidária.Digit.2003

SENAES. Termo de Referencia "Formação de agentes de desenvolvimento solidário". Digit.2004

SENAES. *Economia Solidária em Desenvolvimento.* Brasília: SENAES. MTE, 2003.

Autogestão em Avaliação. IBASE / ANTEAG.2004

.Autogestão e Economia Solidária .Uma nova metodologia.ANTEAG, FAT,Ministério do Trabalho e Emprego,PNQ.2003.